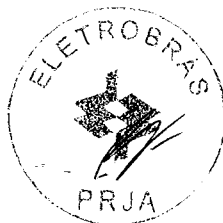


**4ºRTD-RJ - 823391**Emol 96,81/Distrib: 12,48/Lei: 111/06: 5,46  
Mutua/ACOTERJ: 9,07 / FETJ: 21,85  
Lei 4.664/05: 5,46 / Tot. Emol (R\$): 151,13  
PARAM: Vias: 2 / Nome(s): 2 / Págs: 5  
Proc. Estr: N / Averb: N / Dilig:4º RTD - RJ  
CAPITAL**TERMO ADITIVO / QP - 003/2008 AO  
CONTRATO CT - PROINFA / PCH 008/2004  
CELEBRADO ENTRE CENTRAIS ELÉTRICAS  
BRASILEIRAS - ELETROBRÁS E  
HIDROPOWER ENERGIA S/A**4º RTD - CAPITAL - RJ  
APRESENTADO E PROTOCOLADO EM 29/06/2010  
REGISTRADO EM MÍDIA DIGITAL Nº 823391

A **CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRÁS**, doravante referida simplesmente **ELETROBRÁS**, sociedade anônima de economia mista constituída pela Lei n.º 3.890-A, de 25 de abril de 1961, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, e escritório central na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida Presidente Vargas, n.º 409 - 13º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.001.180/0002-07, devidamente autorizada pela Res. n.º 184/04 de sua Diretoria Executiva e pela Deliberação n.º 038/04 de seu Conselho de Administração, em reuniões realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2004 e em 12 de maio de 2004, neste ato representada por seus Presidente e Diretor, ao final nomeados e assinados, em conformidade com o que dispõe o inciso VII do artigo 34 de seu Estatuto Social; e **HIDROPOWER ENERGIA S/A**, doravante denominado simplesmente **PRODUTOR**, empresa de geração de energia elétrica, com sede no logradouro Ribeirão Ponte de Pedra - Rodovia BR 163, Km 102 na cidade de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 05.261.707/0001-75 e no Cadastro Fiscal do Estado de Mato Grosso sob o n.º 13.211.989-7, aqui representada, nos termos de seu estatuto social, por seus Diretores, ao final nomeados e assinados;

**CONSIDERANDO** que:

1. O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, instituído pela Lei n.º. 10.438, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei n.º. 11.488, de 15 de junho de 2002 e regulamentado pelo Decreto n.º. 5.025, de 30 de março de 2004, determina que a **ELETROBRÁS** promoverá eventuais alterações contratuais no âmbito do PROINFA;
2. Que em 30 de junho de 2004, a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** firmaram o Contrato CT - PROINFA / PCH 008/2004, empreendimento PCH ENGENHEIRO JOSÉ GELÁSIO DA ROCHA, homologado pela Resolução de Diretoria Executiva n.º. RES-009/2005, de 13 de janeiro de 2005, figurando o Produtor na condição de Produtor Independente Autônomo - PIA;
3. Que a Lei n.º. 11.488, de 15 de junho de 2007, conforme o disposto em seu artigo 22, alterou a redação do artigo 3º da Lei n.º. 10.438, de 26 de abril de 2002, para incluir os parágrafos 6º e 7º no citado artigo, que têm as seguintes redações:





“§ 6º - Após um período de 3 (três) anos da realização da Chamada Pública, o Produtor Independente Autônomo poderá alterar seu regime para produção independente de energia, mantidos os direitos e obrigações do regime atual, cabendo à Eletrobrás promover eventuais alterações contratuais.

§ 7º - Fica restrita à 1ª (primeira) etapa do programa a contratação preferencial de Produtor Independente Autônomo.”

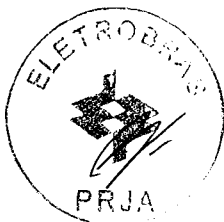
4. Que as inovações legislativas efetuadas na lei instituidora do PROINFA nº. 10.438/2002 impactam a sistemática do Programa e os contratos firmados;
5. O papel da Eletrobrás como executora do programa;
6. O papel da ANEEL de fiscalizar o cumprimento dos critérios de qualificação dos Produtores Independentes Autônomos e dos Não – Autônomos, durante a vigência dos contratos;
7. A atribuição da ANEEL de autorizar e homologar toda e qualquer alteração de composição acionária e transferência de controle societário dos produtores;
8. Por fim, que em 05 de agosto de 2008, o **PRODUTOR** solicitou à **ELETROBRÁS** a alteração de sua condição de Produtor Independente Autônomo para a condição de Produtor Independente de Energia;
9. O modelo do presente TERMO ADITIVO foi aprovado pela Resolução de Diretoria Executiva – RES 794/2008 de 28 de agosto de 2008.

Têm entre si, justo e contratado, o que se contém nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste termo aditivo a revisão do contrato CT – PROINFA/PCH 008/2004 celebrado entre a **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR**, em 30 de junho de 2004, para fins de alteração das cláusulas não condizentes com a nova sistemática do programa, decorrente das modificações sofridas pela Lei 10.438/2002 por força da Lei 11.488/2007, motivo pelo qual as cláusulas do contrato adiante especificadas passam a ter a seguinte redação:

#### I. “CLÁUSULA 6ª





**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o PRODUTOR seja qualificado como PIA ou PIE, o mesmo deverá manter, durante todo o prazo de vigência definido na CLÁUSULA 5ª, todas as condições que o qualificam como tal, **ressalvada a faculdade de alteração do regime de PIA para PIE nos termos do parágrafo 6º do artigo 3º da lei 10.438/2002**, sob pena de rescisão do CONTRATO, além da perda dos incentivos do PROINFA e da aplicação da penalidade prevista no PARÁGRAFO QUINTO da CLÁUSULA 16.

**II. CLÁUSULA 16** – Este CONTRATO poderá ser rescindido na ocorrência das seguintes hipóteses, sem prejuízo da aplicação relativamente à PARTE que der causa á rescisão, das responsabilidades estabelecidas neste CONTRATO:

e) subcontratação total ou parcial do objeto do CONTRATO, bem como a associação do PRODUTOR com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, assim como a fusão, cisão, incorporação **sem a aprovação prévia, por escrito, da ELETROBRÁS;**

u) perda, pelo PRODUTOR, de sua qualificação como PIE ou PIA, **ressalvado, no caso do PIA, a faculdade de alteração de regime nos termos do parágrafo 6º do artigo 3º da lei 10.438/2002 ;**

**III. CLÁUSULA 20** – A eventual alteração do núcleo acionário controlador fica condicionada à análise e aprovação pelo AGENTE FINANCIADOR, **com a necessária e subsequente ciência, por escrito, à ELETROBRÁS.**

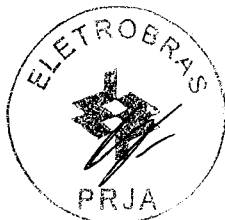
**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A cessão de direitos ou obrigações decorrentes do CONTRATO e subcontratação do fornecimento objeto do CONTRATO, ficam condicionadas à comunicação e aprovação da ELETROBRÁS, **e as alterações na composição acionária do PRODUTOR devem ser científicas, por escrito, à ELETROBRÁS, após aprovação e homologação pela ANEEL.**

**IV. CLÁUSULA 23** – O PRODUTOR obriga-se, ainda, a :

a) manter, durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na CHAMADA PÚBLICA, **ressalvada a faculdade de alteração do regime de PIA para PIE nos termos do parágrafo 6º do artigo 3º da lei 10.438/2002 ;”**

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

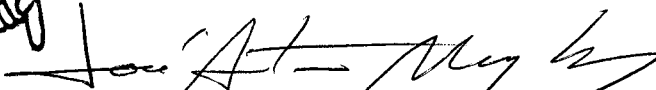
A **ELETROBRÁS** e o **PRODUTOR** ratificam todas as cláusulas, termos e condições do Contrato CT – PROINFA / PCH 008/2004 não modificados expressamente e que não colidam com o presente Termo Aditivo que constitui, desde já, parte integrante do CONTRATO para todos os fins de direito.



E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente Termo Aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais, após lidas, conferidas e achadas em conformidade com todos os seus termos, são assinadas pelas PARTES, na presença de duas testemunhas devidamente identificadas.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2008.

**CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. – ELETROBRÁS**

  
José Antonio Muniz Lopes  
Presidente

Presidente

  
Valter Luiz Cardeal de Souza  
Diretor

Diretor

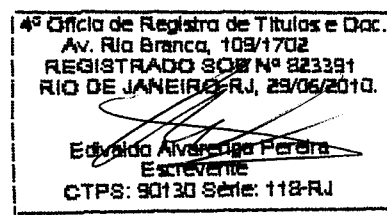
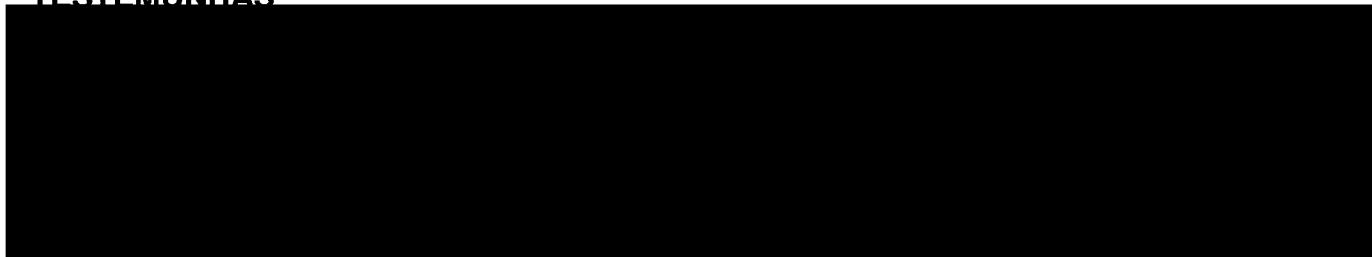
Diretor de Engenharia

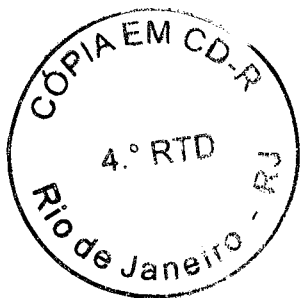
  
HIDROPOWER ENERGIA S/A

JÚLIO CÉSAR BIEZUS NEVES  
Diretor

  
CAIO WEIL VILLARES  
Diretor

**TESTEMUNHAS**





179 OFICIO DE NOTAS - Tabelião Carlos Alberto Firmo Oliveira  
Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro. 2107-9800. Reconheço  
por semelhança as firmas de: VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA, CAIO  
WEIL VILLARES, JULIO CESAR BIEZUS NEVES e JOSE ANTONIO MUNIZ LOPES  
Cod: 1B7C246435F7  
Rio de Janeiro, 16 de Dezembro de 2008. Conf. por:  
Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.

Ciovis Reis Guimaraes Autorizado

Serventia : 13.88  
30% TJ+FUNDOS : 4.12  
Total : 18.00

CORRESPONDENTE GERAL DA JUSTIÇA - RJ SEDE DE FISCALIZAÇÃO RECONHECIMENTO DE FIRMA POR SEMELHANÇA	
1 ATQ OKK SBB61461	1 ATQ OKK SBB61462
1 ATQ OKK SBB61460	1 ATQ OKK SBB61459
Ciovis Reis Guimaraes Escrevente Autorizado	
Ciovis Reis Guimaraes Escrevente Autorizado	
OFICIO DE NOTAS - RJ	